

A PRAÇA É PÚBLICA: CORPO ESTRANHO, PERFORMANCE E LGBTFOBIA NO ESPAÇO PÚBLICO

THE SQUARE IS PUBLIC: STRANGE BODY, PERFORMANCE AND LGBTPHOBIA IN PUBLIC SPACE

Lucas Silva Dantas¹

RESUMO

Este ensaio tem como objetivo analisar a LGBTfobia que assola os corpos dissidentes de gênero e sexualidade no espaço público em contextos interioranos. A análise se dá através da performance “A Praça é Pública”, realizada por Lucas Silva Dantas em dezembro de 2016 na Praça Tiradentes, em Inconfidentes (MG). A análise busca comprovar através das reações da população coletadas pelas redes sociais, de que maneira uma sociedade cisheteropatriarcal lida com a presença LGBTQIA+ no espaço público. Investigando sobretudo de que maneira a sociedade se organiza para privilegiar marcadores sociais hegemônicos como a heterossexualidade, a cisgenderidade, a branquitude e o cristianismo como sendo possibilidades únicas de vivência em democracia, desumanizando tudo aquilo que não se pareça com ela.

Palavras-chaves: LGBTfobia; Gênero; Sexualidade; Performance; Democracia.

240

ABSTRACT

This essay aims to analyze the LGBTphobia plaguing bodies that are dissidents of normative gender and sexuality in the countryside public space. The analysis takes place through the performance “A Praça é Pública” (The Square is Public), by Lucas Siva Dantas in December 2016 at the Tiradentes Square in Inconfidentes, Minas Gerais, Brazil. This study explores how a cisheteropatriarchal society deals with the LGBTQIA + presence in public space. We primarily investigate how society organizes itself to privilege hegemonic social markers such as heterosexuality, cisgenderism, whiteness, and Christianity as unique possibilities of living in a democracy, dehumanizing everything that does not resemble it.

Keywords: *LGBTphobia; Gender; Sexuality, Performance; Democracy.*

1. INTRODUÇÃO

Em dezembro de 2016 a Prefeitura Municipal de Inconfidentes, localizada no Sul de Minas Gerais, dá início a uma reforma na Praça Tiradentes. A reforma tinha como objetivo retirar os bancos de cimento antigos alojados na praça que já estavam quebrando, para colocar

¹ Atualmente é Mestre em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Licenciado em Letras Português pelo Instituto Singularidades. e-mail: lucaseducadore@gmail.com

novos bancos de madeira no lugar. Após a retirada de um dos bancos uma movimentação começa a se iniciar na praça, de cidadãos se opondo a tal reforma e pedindo para que a retirada não fosse feita, que esses bancos foram doados por famílias tradicionais da cidade de Inconfidentes quando a praça foi construída.

O jornal de inconfidentes emite logo após a movimentação a seguinte nota no Facebook:

População de Inconfidentes reunida na Praça Tiradentes para impedir retirada de bancos antigos. Proteja o Patrimônio Público. Ele é seu, cidadão de Inconfidentes. Manifestantes populares sentiram-se indignados e impediram funcionários da Prefeitura Municipal a retirarem os bancos de cimento instalados na Praça Tiradentes. Estes bancos foram todos doados por famílias locais e trazem seus nomes gravados nos mesmos. O povo entende que é um desrespeito à memória coletiva e às famílias doadoras. Os bancos fazem parte de nossa história. A Prefeita Municipal alegou não ter maldade neste ato, apenas quis deixar a praça mais bonita. Os bancos em questão são de cimento e seriam substituídos por outros de madeira e pés de ferro.

Após a nota do Jornal emitida no facebook a movimentação na Praça Tiradentes se intensificou, os manifestantes ressaltavam a todo momento que a praça era do público, do povo, que a praça era um espaço democrático, de todo mundo, que aquilo não podia ser feito. Após ouvir esses relatos todos me coloquei a pensar nos conceitos levantados pelos manifestantes atreladas a vivência LGBTQIA+ numa cidade do interior: democracia, liberdade, espaço público.

O que seria dizer então que a praça era de todo mundo? Que público está sendo compreendido quando se diz que um espaço é público, que ele é democrático, que ele pertence ao povo? Para compreender os marcadores de pertencimento, democracia, público e liberdade temos que pensar antes na construção da cidade e o que esse espaço físico evoca ideologicamente como modo de vida, de normalidade e de entendimento do que se pode ou não fazer.

2. A COLONIALIDADE CRISTÃ, CISGÊNERA E HETEROSSEXUAL

A constituição colonial das cidades do interior do Sul de Minas Gerais configura um espaço de vivência hegemônica baseada nos modelos europeus de valor e cidadania. No centro de toda cidade do interior tem uma praça central onde se aloja uma igreja cristã católica, frequentada por famílias que representam a união da heterossexualidade, o sucesso financeiro

e os valores associados à chamada “tradicional família brasileira”.

Este espaço da praça que até então seria um espaço público, porque pertence ao município onde o Estado se constitui como laico, seria então um espaço democrático, um espaço de liberdade, de pluralidade, onde a diversidade da cidade poderia ocupar como seu esse território. Mas atrelado a história colonial do Brasil, os valores europeus do cristianismo e toda constituição deste espaço percebemos que ele carrega então valores e ideologias contrárias a democracia, a liberdade e a pluralidade de vivência dos corpos. Como um espaço onde um templo religioso ocupa o centro carregando os valores hegemônicos, tradicionais e moralistas poderia então ser um espaço democrático, de todo mundo, um espaço libertário?

Imbuído destas reflexões até então apresentadas decidi investigar através da arte da performance os limites de público e privado, as concessões de até onde vai a liberdade de um corpo no espaço público, mais especificamente um corpo LGBTQIA+. Investigar os conceitos de pertencimento e democracia, relacionados a vivências de não pertencimento de uma comunidade que vive no silenciamento e na invisibilidade. Constituída como anormal por uma sociedade que acredita que o cristianismo, a heterossexualidade e a cisgeneridade sejam as únicas maneiras possíveis de viver e estar em sociedade, que sejam as únicas maneiras de constituir família, considerando todas as outras como erradas, anormais e criminosas.

3. A PERFORMANCE COMO ENFRENTAMENTO

A escolha por optar então pela performance como linguagem artística para refletir sobre os conceitos de democracia, pertencimento e liberdade se dá pela tensão que essa linguagem produz, ao colocar o corpo em situação de vulnerabilidade, de intervenção, para a produção de uma célula artística no espaço público.

A performance compreende o planejamento de um programa performático que é executado uma única vez, já que não pode ser repetido porque acontece no momento presente e carrega detalhes imprevisíveis, que acontecerão no momento presente para além do

planejamento, sempre relacionado sobre como o público reagirá a performance e como ela atravessará o espaço onde se instala.

O estado de tensão e vulnerabilidade do corpo performático é uma das mais potentes regras da performance, que ao longo da história colocou artistas diversos a experienciar os limites da humanidade dentro do universo da arte. Este estado tem como objetivo expandir o conceito de limite artístico e daquilo que é, ou não, programado dentro de uma intervenção de arte.

A escolha pela performance tem como objetivo ressaltar a potência da arte como possibilidade de crítica e construção de conhecimento, a performance como presença democrática capaz de coletar reações reveladoras, e a educação como reflexão póstuma a todas essas vivências e relatos.

3.1. O Programa Performático

O contexto performático se constitui então da seguinte maneira: Um dos bancos da Praça Tiradentes, localizada no centro da cidade de Inconfidentes (MG) é quebrado pela prefeitura para a instalação de bancos novos. Parte da população vai a praça manifestar para que esses bancos não sejam tirados porque foram doações de famílias tradicionais da cidade quando a praça foi construída. Na manifestação os transeuntes alegam que a praça é pública, que é um espaço de pertencimento do povo, um espaço democrático.

O programa performático programado compreendia a seguinte ação:

- 1- Estender uma canga com as cores do arco-íris próximo a um banco destruído, deitar-se de sunga na praça, beber uma cerveja, e permanecer.
- 2- Coletar vídeos e fotografias da performance e das reações do público. Publicar no *facebook* e no *instagram*, ressaltando a praça como espaço de democracia, liberdade e como pertencente ao povo.
- 3- Dialogar com o público e coletar diversas reações nas redes sociais como publicações e comentários sobre a performance e de que maneira isso poderia revelar ruídos coloniais de uma hegemonia presente na cidade, identificando assim as raízes da LGBTfobia.

O método utilizado foi a performance e a intervenção artística no espaço público, como célula artística que capta reações e constrói junto com o público um espaço performático de representação. O material coletado se dá através de fotos e vídeos, feitos durante a performance na Praça Tiradentes, como também *prints* das discussões no *Facebook* e *Instagram* acerca da performance realizada e as questões por ela levantadas.

A realização da performance se deu com a ajuda de uma pessoa LGBTQIA+ que participa da performance coletando as reações através de registros em foto e vídeo do outro corpo que performava. Esse corpo performativo suscita diversas reações dos transeuntes que ao passar xingam e proferem ofensas LGBTfóbicas, ressaltando sobretudo a homofobia e a transfobia. Este corpo alvo da LGBTfobia se configura então como um corpo estranho. Como nos aponta Matheusa Passareli:

Ser corpo estranho é ser cidadão. Na sociedade normativa, acadêmica, branca, colonizada, cisgênera, heterossexual, consumista. Ser corpo estranho é ter tomado consciência da importância de existir, quando desce criança viver no mundo era seguir padrões, em detrimento de sua própria natureza. Detrimento do bem estar de ser quem quiser. Da liberdade de poder habitar (PASSARELI, 2018).

Após a performance a discussão continua nas redes sociais, especificamente no *Facebook* e *Instagram*, onde diversos comentários e opiniões são emitidas sobre o ato. As fotos da performance podem ser vistas no Anexo 1, intitulado “Performance - A praça é pública”, anexada no final do texto.

4. ANÁLISE DAS REAÇÕES MACHISTAS E MISÓGINAS SOBRE A RETIRADA DOS BANCOS

Antes de analisar a repercussão da performance é necessário analisar como as redes sociais se movimentaram acerca da atitude da prefeitura em modificar os bancos. Em 2016 a Prefeitura Municipal de Inconfidentes era comandada por uma Prefeita Mulher, a primeira mulher a ser eleita na história de Inconfidentes a ocupar o cargo de Prefeita. O que os comentários ilustram não são uma crítica construtiva ou mesmo ácida em relação a retirada dos bancos, mas um ataque a figura desta mulher que se encontrava no comando. Os comentários expressam como o patriarcado e a colonialidade não contribui para a visibilidade feminina em

espaços de poder, estabelecendo com estes corpos uma relação de machismo, misoginia e ataques de opressão.

Os comentários a seguir foram retirados da nota publicada pelo Jornal de Inconfidentes no *Facebook* sobre a retirada dos bancos. Alguns deles encontram-se registrados em imagens no anexo II, intitulado: “Comentários misóginos e machistas”, anexadas no final do texto. Segundo a seleção dos comentários que esboçam machismo, misoginia e opressão foram coletados os seguintes depoimentos:

"Ela deveria ter ficado em casa fazendo cachos "

"Vou quebrar os bancos na cabeça dela"

"Manda ela destruir a casa dela"

"Esta prefeita tem que cagar na saída mesmo"

“Para vir essa mulher agora e destruir tudo"

"Nossa que falta d amor ao próximo "

"Típico de povinho medíocre, não fez nada de bom em 8 anos e ainda cagou a 4 dias de vaziar"

"Vai ficar conhecida como a prefeita que fudeu com o pedaço importante da história da cidade"

"Essa mulher está sem noção, ficou feio pra você em Prefeita"

"Essa mulher é uma jumenta! "

"Mas que "cabeça de bagre" essa prefeitinha"

"Vejam se algum banco desses foi doado pela família dela, que nunca contribuíram para o progresso da cidade"

"No mínimo ela não deve nem saber o que é banco, muito menos família e a nossa cidade"

"#contagemregressivatchauquerida "

"Tudo parecia normal ATÉ QUE DAS PROFUNDEZAS DO INFERNO SAI O DEMÔNIO E RESOLVE DESTRUIR A HISTÓRIA"

"A prefeita conseguiu se superar! Cagou bonito no fim do seu mandato que não tem o que justifique seu ato de merda!"

"Isso é coisa do demônio mesmo"

“Pega um banco desses e taca na cabeça dela, vai que ela volta a funcionar direito”

Tais comentários ilustram uma realidade onde o ódio, mais do que ser oposição ou a favor ao mandato da Prefeita que presidia naquela época, se dá através do feminino e sua presença num espaço de poder e articulação. Os comentários não carregam posições críticas construtivas ou em análise sobre o que de fato aconteceu na praça. Todas as reações se concentram na figura da Prefeita, da onde teria vindo a ordem para que os bancos fossem retirados.

No comentário “ela deveria ficar em casa fazendo cachos” podemos perceber qual a imagem da mulher e seus papéis sociais em sociedade. A figura anunciada no comentário ainda é aquela que deveria ser submissa a uma estrutura patriarcal e desempenhar o seu papel como dona do lar, sem exercer funções que não estejam destinadas ao seu papel de gênero. O que os comentários ilustram é a raiz do machismo numa cidade do interior onde mais do que o ódio dos bancos serem retirados, o ódio vem ainda para ressaltar que não se aceita que uma mulher possa agir, comandar e dirigir uma cidade. Segundo Jota Mombaça:

A masculinidade tóxica como projeto de poder deve ser abordada em qualquer discussão sobre a distribuição social da violência. A violência masculina é uma arma transversal de normalização de gênero e controle social. Ela afeta não apenas mulheres cis e corpos não-heterossexuais e trans*, mas também os próprios homens cisgêneros que tem de alcançar esses graus ideais de virilidade a fim de cumprir com aquilo que a normalidade de gênero requer. Entretanto, essa distribuição desigual da violência – que constrói corpos cis-masculinos como intrinsecamente viris – é responsável, numa escala micropolítica, pela manutenção do medo como base das experiências trans*, dissidente sexual e feminina para com o mundo. (MOMBAÇA, 2015).

O terreno social preparado pela colonialidade não permite que os corpos desempenhem outros papéis a não ser aqueles que foram destinados historicamente ao homem ou a mulher. Ao infringir esse papel ocupando um lugar de poder destinado apenas a homens, brancos, heteros e cisgêneros, cria-se um ruído na norma. E esse ruído tem como finalidade vigiar e punir os limites delimitados pela estrutura social machista e misógina. E se esse espaço reage desta forma contra a feminilidade é certamente que ele também não acolhe e não suporta a presença LGBTQIA+.

4.1 Análise das reações LGBTfóbicas acerca da performance

Após os registros em foto e vídeo da performance “A praça é pública” serem publicadas no *Instagram* e no *Facebook*, os comentários ocuparam os seus lugares deixando explícito os conceitos que imbuíram a criação da performance: democracia, liberdade, espaço público.

Os comentários a seguir foram coletados do Facebook e do Instagram embaixo das publicações que repostaram os registros da performance em suas páginas. Alguns deles encontram-se registrados em imagens no Anexo III, intitulado: “reações LGBTfóbicas”, anexadas no final do texto.

"É homem ou mulher? to cafuso aqui! "

"Parece uma gazela na praça, tá loucaaa! "

"Deveria ir de fio dental na próxima "

"Viadinho de Inconfidentes: Como surgiram? Onde vivem? Por que fazem tais atos?"

“Eu nem dou bola para esse menino, tá querendo aparecer”

“Gente eu sou favor da liberdade de expressão, mas acredito que o que ele fez ao tirar essa foto foi realmente insultar a todos nós”

“Já pensou se todos aderissem a essa moda de tomar sol na praça pública, local onde passam crianças e senhores, achei um desrespeito total com a nossa população”

“Imagina se o monsenhor tivesse vivo se isso teria acontecido”

“Isso não é maneira de se expressar, isso é falta de vergonha na cara”

“Olha lá uma gazela na praça dando uma de louca”

“É o cúmulo do absurdo, quer respeito? Respeite”

“Além de ridículo o cara tem que ser louco”

“Vontade de aparecer”

“Deveria ter ido de fio dental já que é disso que gostam, ia chamar mais atenção”

“Lamentável e sem comentários”

“Para isso que serve o teatro minha gente”

“Não é possível que uma pessoa não tenha vergonha de se expor assim, ao cúmulo do ridículo”

“Essa vai ficar para a história”

A primeira observação que podemos apontar diante dos comentários é o entendimento da performance não como intervenção artística, mas como vergonha, aberração, perda de tempo, vontade de aparecer, como um ato ridículo e lamentável, completamente desnecessário. Aqui podemos ver a relação que se estabelece entre as linguagens e manifestações artísticas a

um ato obsceno ou rotineiro qualquer.

A outra observação que podemos apontar é como o gênero e a sexualidade deste corpo é o que está no cerne do ódio e da LGBTfobia manifestada nas reações. Os comentários que ilustram se não sabem se o que está ali é um homem ou uma mulher em tom de ironia, demonstram uma obsessão pelas marcações de gênero da cisgeneridade e dos papéis normativos de homem e mulher, cultuados pela colonialidade. Frutos de uma sociedade estruturalmente transfóbica e binária. Segundo Linn da Quebrada:

A transfobia é a negação de nós, pessoas trans, enquanto humanas. Ela nos nega o direito à relação. Em todos os espaços, eu sinto que, para que as pessoas se envolvam comigo, para que eu tenha credibilidade ou para que as pessoas me olhem de forma que eu esteja no mesmo lugar que elas, assim como qualquer outro ser humano, eu preciso provar que eu sou merecedora (...) E isso só acontece porque esse cis-tema, cis, ele só valoriza os saberes heterossexuais. São essas pessoas que construíram e escreveram os livros de biologia, que disseram o que é história. Essas pessoas que falaram quais são os valores que devem ser cultivados entre nós, que criaram e inventaram o conceito de cultura. E cultura é aquilo que nós cultivamos. Foi cultuado um repúdio e aversão às pessoas trans, um menosprezo pelo feminino. (QUEBRADA, 2017)

O teor da maioria dos comentários ilustra um ódio e um completo distanciamento daquilo que seria a homossexualidade e a transgeneridade, ilustrado na imagem criada com o fundo do Globo Repórter: "Viadinho de Inconfidentes: Como surgiram? Onde vivem? Por que fazem tais atos?". Tal comentário é o reflexo de uma cultura que animaliza e desumaniza corpos LGBTQIA+ para que seus direitos e sua humanidade sejam cerceados. Comparar um ser humano com um animal desconhecido é a maior prova de como são vistas as pessoas LGBTQIA+ que ocupam o espaço público. Espaço este chamado de público, democrático e libertário. Ao incluir o fundo do Globo Repórter e as perguntas que visam descobrir como surgiram, onde vivem e por que fazem tais atos, podemos perceber que em contextos interioranos é ainda mais profunda a desumanização e o distanciamento com relação a corpos dissidentes de gênero e sexualidade.

5. CONCLUSÕES

Como conclusão deste ensaio quero compartilhar o relato que escrevi logo após analisar

e entender o cunho de todos os comentários, acerca da performance nas redes sociais, em 2016. Visto que a escolha em publicá-lo hoje e não há 4 anos atrás é a tamanha insegurança, desconforto e silenciamento que passei enquanto bixa, enquanto pessoa trans não binária, para que hoje pudesse compartilhar e esboçar tudo que analisei:

Através da performance “a praça é pública” consegui cumprir com os papéis do programa performativo criado para refletir sobre os conceitos de democracia, pertencimento e liberdade. Através dos *prints*, dos relatos, comentários e discussões no *Facebook* consegui analisar que na verdade a discussão nunca foi sobre a retirada ou não dos bancos, mas uma metáfora de como os bancos representam uma estrutura colonial, heterossexual e cisgênera. Trio composto para a formação da família tradicional brasileira, que não podem ser mexidos ou quebrados para que a normatividade se mantenha.

Se a praça é pública, se o patrimônio é público, se vivemos numa democracia, temos que suportar com o mesmo respeito e dignidade as intervenções contra e a favor de um ato. Hipocrisia é querer fazer justiça se mantendo como opressor para justificar uma democracia. Se eles alegam que a praça é pública, então é preciso suportar as manifestações, suportar as opiniões, as posições, os diálogos, suportar a presença da diversidade e entender que parte de um espaço democrático e do povo é um espaço de direito em disputa.

Certamente, um culto a Exu de religiões de matriz africana não poderia ser executado num espaço público destinado ao cristianismo. Se a igreja está no centro é porque tudo aquilo que não é ela está pelas bordas.

Enquanto ação performática eu ofereci o meu corpo porque sabia que a única coisa que eu colheria como reação seria o ódio, a ignorância, o preconceito e a LGBTfobia. O ato de não suportar outro corpo, outra cara, outra expressão que não seja a normativa colonial. A tentativa frustrada de parte da cidade em não conseguir lidar com outra manifestação que não fosse a expressão normativa e conservadora cisheteropatriarcal. Uma sociedade incentivada ao ódio contra toda a população LGBTQIA+ e os corpos dissidentes como um todo, que é capaz de disparar violências, sem nexos ou sentidos, quando lida com estes corpos no espaço público. Como se eles estivessem fora da jaula ou do armário, como se eles não tivessem direito a cidade,

ao território, a democracia e ao pertencimento.

Isso tudo me fez pensar, o armário é verdadeiramente o lugar onde eles nos querem, mofando, apodrecendo, escondidos, invisíveis e apagados.

Ainda não sabemos o que é uma democracia, a praça ainda não é pública, porque ela ainda não suporta o nosso ato, a nossa presença, a nossa bandeira. Quem são as únicas pessoas que se sentem pertencentes e no direito de habitar aquele espaço se não as pessoas frutos de uma herança colonial, de uma composição tradicional de família, por vezes machistas, conservadoras e preconceituosas? Se a praça é pública precisamos suportar o público, a diversidade de público de uma cidade inteira. Diversidade essa que envolve diferentes identidades, sexualidades, raças, classes, espiritualidade e uma infinidade de coisas mais.

Como uma cidadã e um cidadão de Inconfidentes não me senti representada diante da afirmação suscitada pelo protesto: A praça é pública! Dentro dos recortes da diversidade podemos dizer que ela ainda não é, mas que pode vir a ser, se de fato uma democracia que conviva e respeite a diversidade de identidades e manifestações for instaurada neste espaço.

A performance foi criada como uma resposta, como uma opinião diversa, como uma manifestação contrária a aquelas pessoas que ali estavam. Se a praça é pública ela também é nossa, se existe uma democracia nós também estamos inseridos nela, se as manifestações são populares nós também somos o povo. No fundo os transeuntes que levantaram sua fala contra a retirada dos bancos estavam implorando para que essa herança cristã, cisheteropatriarcal se mantivesse intacta, tal qual como os bancos doados.

A normatividade é como um banco de cimento que não pode ser quebrado, reformado ou arrancado. Ela é a estabilidade onde a pluralidade ameaça a vida. Ela é o banco que não nos abriga, o conforto que não nos cabe sentar, a herança da violência que enquanto não for desfeita se manterá intacta. Eles não estavam lutando por liberdade, democracia e pertencimento. Essa era na verdade uma máscara democrática daquilo que se fala, mas que no fundo se cultua pelo avesso. Seria a normatividade um dos patrimônios da humanidade a não ser mexido ou intocado por aqueles que a querem intacta em nome do seu privilégio?

A performance cumpriu o seu papel, de escancarar os véus sociais e coletar através de diversas manifestações quais são os limites da democracia, liberdade e pertencimento de uma cidade localizada no interior do Sul de Minas Gerais com sua herança arraigada nos moldes coloniais.

A pergunta que precisamos nos fazer então é: Quando a praça será democrática? Quando ela irá pertencer ao povo? Quando os corpos dissidentes se sentirão no direito e na liberdade de ocuparem um espaço que por direito é seu? Quando casais LGBTQIA+ poderão andar pela praça como andam as famílias de composição tradicional? Quando uma multiplicidade de religiões e ritos espirituais terá direito a este espaço tal qual como religião cristã tem? Teria a nossa cidade uma religião, uma identidade e uma sexualidade definidas? Quando viveremos uma real democracia onde os nossos corpos não serão mais animalizados, hostilizados e perturbados em praça pública? Talvez ainda sejam essas as perguntas que nos cabem fazer depois de ter em mãos todas essas reações suscitadas por uma performance que quis apenas repensar com profundidade os conceitos de democracia, pertencimento e liberdade.

A presença LGBTQIA+ no espaço público ainda é motim para um disparador de violências físicas, verbais e psicológicas que buscam extinguir esses corpos do espaço público no contato com outros corpos. Querem nos tirar o direito à cidade, ao território, à liberdade, à democracia e ao pertencimento. Andar pelas ruas como um LGBTQIA+ já é performar uma presença inóspita que dispara violências ancestrais, para confirmar que ainda existimos em estado de clandestinidade neste mundo!”

REFERÊNCIAS

MOMBAÇA, Jota. **Rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência!** 2015. Disponível em:

https://issuu.com/amilcarparker/docs/rumo_a_uma_redistribuicao_a_o_da_vi

PASSARELI, Matheusa. **‘Corpo estranho’ e outros, por Matheusa Passareli.** 2018.

Disponível em: <https://sxpolitics.org/ptbr/corpo-estranho-por-matheusa-passareli/8349>

QUEBRADA, Linn. Revista Cult. **Linn da Quebrada: O Cis-tema só valoriza saberes heterossexuais**. 2017. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/entrevista-linn-da-quebrada/>

ANEXOS

ANEXO 1 - “Performance: A praça é pública”



² Todas as fotografias foram feitas pelo autor deste texto ou por sua equipe elaboradora da performance.





ANEXO 2 – “Comentários misóginos e machistas”

pega um desses bancos e taca na cabeça dela...vai q ela volta a "funcionar" direito...e se não der certo pelo menos tira essa praga do ar por alguns minutos pq acordada só tá saindo cagada...affff
Curtir · 2 · 28 de dezembro de 2016 às 14:21

Essa mulher é uma jumental!
2 · 28 de dezembro de 2016 às 14:16

ANEXO 3 – “Comentários LGBTfóbicos”



isso é homem ou mulher ta cafuso
quinta-feira às 00:50 · Curtir · 2 ·
Responder

Ridículo o que ele fez ...e
lamentável...

quinta-feira às 00:01 · Curtir · 2 ·
Responder

Vontade de aparecer!

sexta-feira às 15:40 · Curtir · 1 ·
Responder

Misericórdia levei um susto kkkkk
ainda bem que não vi pessoalmente

quinta-feira às 00:29 · Curtir · 1 ·
Responder

Simplesmenteé ridículo!!!!

quinta-feira às 00:41 · Curtir · 3 ·
Responder

Noooooossa que "gracinha"

quinta-feira às 00:17 · Curtir · 2
Responder

Deveria ter ido de fio pra chamar
mais atenção já que é disso que
gostam 🤔 🌿 🍷 🍸 🍹

Ele deveria colocar uma melancia na
cabeça e subir na torre da igreja
Hahhahah

quinta-feira às 00:08 · Curtir · 2 ·
Responder

Kkkkkkkkkkk olhá uma gazela na
praça dando uma dê louca
kkkkkkkkkkkkkkkk

quinta-feira às 13:02 · Curtir · 9 ·
Responder

Imagina so se o Monsenhor tivesse
vivo se isso teria acontecido! Kkkk

quinta-feira às 11:04 · Curtir · 1 ·
Responder

Que ridículo!!!!!! Affff

quinta-feira às 16:11 · Curtir · 2 ·
Responder

Lamentável e sem comentários ...

Recebido: 30/06/2020
Aprovado: 15/12/2020